

Alerta Legislação nº 36, de 6 a 11 set. 2021

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.068, DE 6 DE SETEMBRO DE 2021

Altera a [Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014](#), e a [Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998](#), para dispor sobre o uso de redes sociais.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

09/09/2021

DECRETO Nº 10.789, DE 8 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a atribuição e a delegação competências ao Presidente do Banco Central do Brasil e altera o [Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973](#), o [Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995](#), o [Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995](#), o [Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999](#), o [Decreto nº 3.644, de 30 de outubro de 2000](#), o [Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017](#), o [Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019](#), o [Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019](#), e o [Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019](#).

(1) Regulamenta a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.

(2) Dispõe sobre o afastamento do País de servidores civis da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

(3) Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.

(4) Delega competência para a prática dos atos que menciona, e dá outras providências.

(5) Regulamenta o instituto da reversão de que trata o art. 25 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

(6) Dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

(7) Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIOIG.

(8) Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc no âmbito da administração

	<i>pública federal.</i> <i>(9) Estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.</i>
08/09/2021	<u>DECRETO Nº 10.788, DE 6 DE SETEMBRO DE 2021</u> Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Infraestrutura, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e altera o Decreto nº 9.660, 1º de janeiro de 2019. <u>DECRETO Nº 10.787, DE 6 DE SETEMBRO DE 2021</u> Altera o Decreto nº 5.879, de 22 de agosto de 2006, e o Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, para dispor sobre a destinação e a utilização dos recursos destinados a custear estudos e pesquisas para o planejamento da expansão do sistema energético. <u>DECRETO Nº 10.786, DE 6 DE SETEMBRO DE 2021</u> Torna pública a decisão, pela República Federativa do Brasil, de não renovar a vigência do Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Marítimo, firmado em Rivera, em 12 de junho de 1975, e do Acordo sobre Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, firmado em Buenos Aires, em 15 de agosto de 1985.
06/09/2021	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.068, DE 6 DE SETEMBRO DE 2021</u> Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, e a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre o uso de redes sociais.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 2021</u> Susta os efeitos da Resolução nº 23, de 18 de janeiro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que estabelece "diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados". <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 57, DE 2021</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

	Congresso Nacional, em 8 de setembro de 2021 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.201, DE 6 DE SETEMBRO DE 2021</u> Inscribe o nome de Francisco Cândido Xavier, o Chico Xavier, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MC Nº 667, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021</u> Disciplina os fluxos operacionais a serem observados, no âmbito do Ministério da Cidadania, no que diz respeito ao ressarcimento dos valores e gerenciamento de indícios de fraudes relativos ao Auxílio Emergencial (AE), ao Auxílio Emergencial Residual (AER) e ao Auxílio Emergencial 2021. <u>PORTARIA MC Nº 664, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021</u> Consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
Ministério da Economia	BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.942, DE 9 DE SETEMBRO DE 2021</u> Altera a Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre o mercado de câmbio, e a Resolução nº 4.033, de 30 de novembro de 2011, que dispõe sobre a aplicação no exterior das disponibilidades em moeda estrangeira dos bancos autorizados a operar no mercado de câmbio e sobre a captação de recursos externos para as finalidades que especifica, para aprimorar dispositivos considerando as inovações tecnológicas e os novos modelos de negócio relacionados a pagamentos e transferências internacionais. → Área de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 151, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021</u> Estabelece os procedimentos operacionais para a cobrança e o pagamento da tarifa de intercâmbio que incide sobre cada Pix com finalidade de saque ou de troco. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 150, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021</u> Altera a Instrução Normativa BCB nº 128, de 22 de julho de 2021, que estabelece os procedimentos necessários para os testes formais de homologação no Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT) para a validação de QR Codes e para a validação da prestação de serviço de iniciação de transação de pagamento, no âmbito do Pix.

	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 149, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021</u> Altera a Instrução Normativa BCB nº 129, de 22 de julho de 2021, que estabelece os procedimentos necessários para a adesão ao Pix. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 148, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021</u> Estabelece o formato, a periodicidade e as informações a serem publicadas pelos participantes do Pix relacionados à prestação de serviço de saque. → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO Nº 138, DE 9 DE SETEMBRO DE 2021</u> Altera a Circular nº 4.015, de 4 de maio de 2020, que dispõe sobre o escopo de dados e serviços do Sistema Financeiro Aberto (<i>Open Banking</i>). <u>RESOLUÇÃO Nº 137, DE 9 DE SETEMBRO DE 2021</u> Altera a Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta a Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre o mercado de câmbio e dá outras providências, a Circular nº 3.689, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta, no âmbito do Banco Central do Brasil, as disposições sobre o capital estrangeiro no País e sobre o capital brasileiro no exterior, e a Circular nº 3.690, de 16 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a classificação das operações no mercado de câmbio, para aprimorar dispositivos considerando as inovações tecnológicas e os novos modelos de negócio relacionados a pagamentos e transferências internacionais. SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA → Conselho Nacional de Política Fazendária <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 32, DE 9 DE SETEMBRO DE 2021</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. SECRETARIA ESPECIAL DO TESOUREIRO E ORÇAMENTO <u>PORTARIA SETO/ME Nº 10.928, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 45.049.100,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 24, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão.

Ministério do Meio Ambiente	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 416, DE 8 DE SETEMBRO DE 2021</u> Declara a revogação dos atos normativos cujos efeitos tenham se esgotado no tempo, para fins do disposto no art. 8º, inciso II, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 .
Ministério das Relações Exteriores	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 24, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão.
Ministério da Saúde	SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 16, DE 3 DE SETEMBRO DE 2021</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Artrite Reumatoide e da Artrite Idiopática Juvenil.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
11/09/2021	<u>DECRETO Nº 66.002, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico no Estado de São Paulo - ZEE-SP, de que tratam a Lei estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009 , que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas, e a Lei estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997 , que estabelece a Política Estadual do Meio Ambiente e constitui o Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, e dá providências correlatas
10/09/2021	<u>DECRETO Nº 66.001, DE 9 DE SETEMBRO DE 2021</u> Cria a Faculdade de Tecnologia - FATEC de Barretos, em Barretos, como Unidade de Ensino Tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 66.000, DE 9 DE SETEMBRO DE 2021</u> Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 62.867, de 3 de outubro de 2017 , que dispõe sobre a centralização das operações de natureza financeira da Administração Direta e Indireta do Estado, regulamenta a atividade de agente financeiro do Tesouro Estadual e dá providências correlatas

09/09/2021	<u>DECRETO Nº 65.993, DE 8 DE SETEMBRO DE 2021</u> Altera o <u>Decreto nº 65.812, de 23 de junho de 2021</u>, que regulamenta o Programa Bolsa do Povo, criado pela <u>Lei nº 17.372, de 26 de maio de 2021</u>, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SAA/SIMA 03, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre o detalhamento das atribuições das Secretarias de Agricultura e Abastecimento – SAA e de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA referentes à Exploração Sustentável de Espécies Nativas do Brasil no Estado de São Paulo, regulamentada pela Resolução SMA 189-2018
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS Nº 37, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021</u> Regulamenta a ação Vale Gás no âmbito do Programa Bolsa do Povo e dá providências correlatas.
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC 77, DE 3-9-2021</u> Altera a Resolução Seduc nº 30, de 2-3-2021, que autoriza a utilização de serviço móvel celular pelos alunos da rede pública estadual e dá providências correlatas.
Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA DGEP Nº 08, DE 08 DE SETEMBRO DE 2021</u> (...) faz publicar o índice de variação nominal da arrecadação e o valor unitário da quota (...)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR Nº. 60/2021, DE 08/09/2021</u> Dispõe sobre a retomada das atividades presenciais dos servidores nos campi da Universidade Estadual de Campinas e sobre a adoção de medidas, emergenciais e temporárias, com objetivo de minimizar a transmissão e disseminação da Covid-19.
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG 199, DE 8 DE SETEMBRO DE 2021</u> Revoga o Ato Normativo DPG 166, de 19 de setembro de 2019, regulamenta o atendimento ao público presencial e remoto, dispõe sobre a utilização do Sistema Defensoria Online – DOL e demais ferramentas de digitais pela da Defensoria Pública do Estado, e dá

	outras providências.
Ministério Público do Estado (MPE)	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA <u>RESOLUÇÃO Nº 1.358/2021-CGMP, DE 08 DE SETEMBRO DE 2021 (REPUBLICADA)</u> Regulamenta o projeto "Corregedoria Cidadã" e o "Banco de Projetos" da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
10/09/2021	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 589, DE 2021</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de centrais de atendimento telefônico "<i>call centers</i>", serviços de atendimento ao cliente "SAC" e congêneres a disponibilizarem método de atendimento de chamada de vídeo para pessoas surdas, no âmbito do estado de São Paulo DOE, Legislativo, 10/09/2021, p. 3 <u>PROJETO DE LEI Nº 587, DE 2021</u> Fica assegurado o direito a equipamentos de trabalho e segurança previsto em lei para os Guardas Civis, ativos e inativos, bem como a cessão ou alienação onerosa destes equipamentos a referidos servidores, no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 10/09/2021, p. 2
09/09/2021	MENSAGENS DO GOVERNADOR <u>MENSAGEM A-Nº 100/2021 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> São Paulo, 08 de setembro de 2021. Senhor Presidente Em aditamento à Mensagem A-nº 095/2021, do dia 4 de agosto do ano em curso, pela qual encaminhei a essa egrégia Assembleia o Projeto de lei complementar que recebeu o nº 26, de 2021, venho solicitar a Vossa Excelência que nele seja procedida a alteração constante do texto anexo a esta Mensagem. A referida proposição legislativa visa aprimorar a estrutura administrativa do Estado e alterar temas pertinentes ao regime jurídico dos servidores públicos. Todavia, em virtude da edição do Decreto nº 65.936, de 19 de agosto de 2021, faz-se oportuna a adequação da proposta para consignar a atual denominação da Secretaria de Orçamento e Gestão. DOE, Legislativo, 09/09/2021, p. 8 PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2021</u> Fixa, em caráter excepcional, para o período que estabelece, normas relativas aos horários e aos trabalhos das sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Legislativa, e dá providências correlatas.

	DOE, Legislativo, 09/09/2021, p. 8
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
10/09/2021	<u>LEI Nº 17.638, DE 9 DE SETEMBRO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 390/21, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Disciplina o Programa Pode Entrar, estabelecendo regras, mecanismos e instrumentos para sua operacionalização. (...) Art. 2º O Programa Pode Entrar tem por objetivo criar mecanismos de incentivo à produção de empreendimentos habitacionais de interesse social, a requalificação de imóveis urbanos ou aquisição de unidades habitacionais, destinadas às famílias de baixa renda, estabelecendo uma política habitacional de financiamento e locação subsidiados. (...)

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>